

## **ATO INFRACIONAL E A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.**

### **RESUMO**

Este trabalho consiste no relato da experiência vivida pela Equipe técnica de Serviço Social do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude de São Paulo, trata-se da mediação de conflitos com adolescentes em conflito com a lei, utilizando a metodologia da Justiça Restaurativa, implantado em 2006 no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) em parceria com a Secretária de Educação de São Paulo, nascendo assim, o projeto piloto denominado “Justiça e Educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania”. Na Justiça Restaurativa os conflitos são resolvidos de forma não-violenta, busca-se a responsabilização do ofensor; todavia, o foco não é na pessoa que cometeu o ato, mas sim, as causas que a provocaram. Transcende-se a dinâmica da culpa e da vingança, empoderando os sujeitos a partir do diálogo, que esclarece e conscientiza, subvertendo assim a lógica da dominação e da exclusão.

**Palavras-chave:** Justiça Restaurativa, Adolescentes em conflito com a lei, Mediação de Conflitos, Sistema Socioeducativo, Sistema Judiciário.

### **ABSTRACT**

#### **Key-word**

## INTRODUÇÃO

A Justiça Restaurativa foi implantado em 2006 no Tribunal de Justiça de São Paulo em parceria com a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, com o objetivo de mediar conflitos oriundos das escolas do bairro de Heliópolis (SP). Desta parceria nasceu o Projeto “Justiça e Educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania”. Ao ser estabelecida uma parceria entre Justiça e Educação compreende-se a possibilidade de contribuição para a implantação nas escolas e nas comunidades de resolução pacífica de conflitos. Partindo-se do entendimento de que as questões relacionadas a educação extrapolam a escola. A colaboração entre o Sistema Judiciário e o de Educação no enfrentamento dessa questão representaria, portanto, uma possibilidade de reverter-la.

No modelo de justiça tradicional, um ato violento deve ser retribuído com uma punição equivalente à intensidade da ofensa, numa pretensa tentativa de dissuadir, ou educar à força, aquele que praticou uma ofensa ou crime. Afirma-se, portanto, um modelo fundado no controle social.

Na Justiça Restaurativa os conflitos são resolvidos de forma não-violenta, busca-se a responsabilização do ofensor; o foco não é na pessoa que cometeu o ato, mas sim, as causas que a provocaram. Transcende-se a dinâmica da culpa e da vingança, empoderando os sujeitos a partir do diálogo, que esclarece e conscientiza, subvertendo assim a lógica da dominação e da exclusão, a partir de um modelo democrático.

Assim pode-se descrever a justiça restaurativa como uma justiça amparada em valores como empoderamento, participação, autonomia e respeito, buscando-se a responsabilização pelos danos causados, mas também a satisfação das necessidades emergidas a partir da situação do conflito. Espera-se chegar por meio dos conhecimentos dos porquês dos atos cometidos, e das consequências dessas ações, bem como a reparação dos danos causados.

O encontro entre vítima e ofensor e pessoas indiretamente atingidas por esse ato é promovido por um facilitador previamente capacitado, desenvolvendo-se uma metodologia durante o círculo restaurativo, construindo um plano de ação que visa à restauração das relações sociais esfaceladas pelo ato violento.. Este projeto tem, especificamente, como foco na atuação em conflitos intra-escolares e a efetividade dos círculos restaurativos na promoção da autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais e na ampliação e consolidação da cidadania.

## A JUSTIÇA RESTAURATIVA CONCEITOS E VALORES

Segundo Leoberto Brancher <sup>1</sup> (2006, p.9)

“Ao contrário da justiça tradicional, que se ocupa predominantemente da violação da norma de conduta em si, a justiça restaurativa ocupa-se das consequências e danos produzidos pela infração. Valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para a auto-expressão e o protagonismo de cada um dos envolvidos e interessados – transgressor, vítima, familiares, comunidades - na busca de alternativas de responsabilização”

A Organização das Nações Unidas ( ONU) definiu a Justiça Restaurativa através da resolução 1999/26 de 28.07.99 que dispôs sobre o Desenvolvimento e Implementação de medidas de Mediação e de Justiça Restaurativa na Justiça Criminal como um processo onde todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa, reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro.

A adoção da Justiça Restaurativa passou a ser recomendada para os Estados membros sendo proposto a incorporação de abordagens restaurativas “a todas as práticas judiciais, em todas as fases do processo legal, podendo ser utilizada desde que “com o consentimento livre e voluntário das partes” ( Declaração de Viena” -Comissão de Justiça Criminal e Prevenção de Criminalidade/ONU, de 20 abril de 2000)

O conceito de crime na justiça tradicional compreende-se como aquele cometido contra a sociedade, que a rigor é representado pelo Estado. Desta feita, o processo decisório fica concentrado nas autoridades (polícia delegado, promotor, juiz e profissionais do direito). O Direito Penal Positivista é usado dogmaticamente mantendo-se o Estado indiferente às necessidades do infrator, ao passo que a vítima e comunidade afetadas mantêm-se excluídos e desconectados de todo o processo. Pode-se dizer que é uma maneira excludente de se fazer justiça .

Na Justiça Restaurativa o crime é compreendido como um ato que traumatiza a vítima, causando-lhe danos. Prima-se pelo interesse das pessoas e das comunidades envolvidas numa perspectiva de dialogo, no qual o processo decisório é compartilhado com as pessoas envolvidas (vítima, infrator e comunidade) numa ação de cunho interdisciplinar.

A responsabilidade e o restabelecimento da segurança social abrange uma dimensão social compartilhada coletivamente e voltada para a prevenção de novos conflitos, através de inserção dos sujeitos em políticas sociais que gerem inclusão e justiça social construindo conexões sociais mais flexíveis com respeito à diferença e à tolerância

### **O Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude : o trabalho do Assistente Social , a trajetória do adolescente no sistema de justiça da capital**

O Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude de São Paulo foi implantado em 1990 com a finalidade de atender os adolescentes que respondem por autoria de atos infracionais. Desta feita, o Serviço Social se insere como serviços auxiliares, assim denominada a equipe interprofissional prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem a competência de fornecer subsídios à autoridade judiciária ( ECA art. 151) . A Seção Técnica de Serviço Social do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude conta atualmente com dez assistentes sociais

Os assistentes sociais e psicólogos lotados no Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude elaboram laudos e pareceres acerca da situação pessoal, social e familiar de adolescentes envolvidos em atos infracionais, conforme determinação judicial, analisando e interpretando situações concretas que envolvem os adolescentes e suas famílias num contexto sócio econômica e cultural bastante complexo .

Os laudos e pareceres, oferecem subsídios às decisões judiciais em relação a aplicação de medida protetivas ou sócio educativas. As avaliações são feitas em conjunto com os profissionais da Seção de Psicologia numa abordagem interdisciplinar.

A determinação judicial para que o processo seja atendido pelo serviço social pode ocorrer durante a apuração da autoria do ato atribuído ao adolescente, no qual, privado de sua liberdade está cumprindo medida de Internação Provisória por um período que não pode exceder 45 dias . Pode ocorrer também no decurso do cumprimento de medida de internação ou internação- sanção na Fundação Casa, ou em situações em que o adolescente teve a medida suspensa, bem como, casos externos, que são os adolescentes que cometeram ato infracional, no entanto, estão em meio aberto

Conforme se verifica o maior número de determinações judiciais são dirigidas aos casos de adolescentes estão cumprindo medidas sócio educativas privativas de liberdade constituindo-se essa a principal demanda de trabalho da equipe técnica e do Fórum como um todo.

A entrada do adolescente que cometeu ato infracional no sistema de justiça se dá com a lavratura do Boletim de Ocorrência na Delegacia de polícia. Em casos de atos de maior gravidade, após a notificação aos responsáveis, o adolescente é apreendido e apresentado em 24 horas ao representante do Ministério Público (ECA art. 175). Nos casos em que a autoridade policial considera que o adolescente pode ser entregue para a familiar, esta assume o compromisso de apresentá-lo ao Ministério Público em 24 horas munido da cópia do Boletim de Ocorrência, ou aguardar intimação para a oitiva posterior.

Na oitiva com representante do Ministério Público poderá:

- I- promover o arquivamento dos autos;
- II conceder remissão;
- III representar à autoridade judiciária para aplicação de medida sócio educativa (ECA art. 180) e ou de proteção (ECA art 101)

Oferecida a representação pelo Ministério Público e proposta a instauração de procedimento para aplicação de medida sócio educativa (ECA art 182) caberá a autoridade judiciária designar audiência de apresentação e, tratando-se de adolescente internado provisoriamente, decidir sobre a manutenção ou não dessa internação que poderá ocorrer no prazo máximo de 45 dias (ECA art 108). Verificada a prática do ato infracional a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas sócio educativas previstas em lei (ECA art 112).

### **1.3 O encaminhamento do adolescente para o Projeto de Justiça Restaurativa no Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude**

Na oitiva perante o Ministério Público, aos casos elegíveis para encaminhamento a círculo restaurativo, a proposta é apresentada ao adolescente e seus familiares. Neste sentido, é explicado as partes a possibilidade de terem o processo judicial encaminhado por essa via, sendo então, preliminarmente, descritas as informações sobre esse procedimentos e a sua metodologia.

Os casos elegíveis para encaminhamento de círculos restaurativos no Fórum das Varas Especiais, são aqueles voltados para adolescente que cometeram ato infracional de menor potencial ofensivo (menos graves) especialmente, os conflitos oriundos do ambiente escolar (indisciplina), a existência de vínculos mais duradouro entre o autor do ato infracional e a vítima, e quando o adolescente de livre e espontânea vontade assuma a sua autoria e participação no ato infracional.

Desta feita, os casos elegíveis serão então encaminhados ao setor de justiça restaurativa ficando o procedimento judicial suspenso até a conclusão do processo restaurativo, ou seja, até que o envolvidos cumpram o acordo definido no círculo restaurativo.

## **O FLUXO E REALIZAÇÃO DO CÍRCULO RESTAURATIVO**

Neste sentido, o fluxograma do setor de justiça restaurativa segue o seguinte processo: O processo é enviado ao setor técnico (serviço social e psicologia) sendo então designado um profissional para atendê-lo, que é denominado de facilitador. O procedimento restaurativo consistem em três etapas distintas : o Pré círculo, o Círculo Restaurativo e o Pós Círculo.

### **A. O Pré-Círculo ( preparação )**

Na primeira fase denominada de pré-círculo, ouve-se individualmente todas as pessoas que participarão do círculo: o autor do ato, o receptor do ato (vítima) e a comunidade envolvida no episódio que desencadeou o conflito.

O primeiro contato é com o autor do ato e seu responsável, uma vez que estes são intimados pela justiça a comparecer ao Ministério Público. Nessa oitiva junto ao Ministério Público, são apresentados todos os procedimentos que envolverão a realização do círculo restaurativo. Reafirma-se a disposição do autor de participar, sendo assinado um termo de consentimento, os objetivos, e a o acordo que deverá ser cumprido entre as partes são esclarecidos de forma que os envolvidos no círculo tenham clareza de todo procedimento a ser adotado.

Nesse primeiro encontro o objetivo é tornar claro ao facilitador e a todos os participantes o que realmente aconteceu em relação ao conflito, focando-se no ato infracional e a dimensão deste para os envolvidos; informar como será o processo e definir quem mais poderia estar presente, ou seja, quem foi diretamente atingido, quem servirá de apoio aos participantes e ou quem poderá colaborar para a resolução do conflito (a comunidade, ex. professores, Conselho Tutelar, referências familiares, amigos ) .

Após esse processo, vítima (receptor do ato infracional) é contatada através do telefone, sendo consultada sobre o seu desejo de participar desse encontro. Caso a vítima não concorde o procedimento restaurativo é encerrado, neste momento, o procedimento legal volta a ter o seu curso tradicional.

Em caso positivo da vítima o círculo é marcado sendo a vítima ouvida separadamente antes do encontro. Suas considerações acerca do que aconteceu são apanhadas, informa-se sobre como será o processo, sendo também necessário assinar o termo de consentimento.

## B. Círculo Restaurativo ( encontro)

Nesse momento as partes envolvidas no conflito se encontram, muitas vezes, pela primeira vez, para falar sobre o conflito que vivenciaram..Os princípios da voluntariedade, sigilo e horizontalidade são reafirmados.

A estrutura metodológica do círculo restaurativo se divide em três etapas: Compreensão Mútua, a Auto Responsabilização e o Acordo.

a) **Compreensão Mútua:** é a primeira etapa do círculo, que objetiva restabelecer o diálogo entre as partes envolvidas no conflito. O facilitador então convida uma das partes a falar, dirigindo-se a um dos envolvidos. Em geral começa-se com a pessoa que visivelmente encontra-se mais mobilizado e afetado pelos com os acontecimentos ( caso seja o receptor sua fala é dirigida ao autor , ou vice-versa )

O foco nesse primeiro momento, é permitir que haja uma escuta do outro, dando a oportunidade para ambos falem sobre seus sentimentos, e como o conflito os afetou e as necessidades atuais decorrentes do conflito violento . Posteriormente solicita-se à pessoa a quem ele se dirigiu à palavra para que ela manifeste no que foi ouvido; o primeiro participante deverá esclarecer se compreendeu o que se passou com o outro sujeito, até que sua mensagem tenha, de fato, sido entendida .

A comunidade é convidada a se manifestar: as considerações dos sujeitos são ouvidas por todos, permitindo uma compreensão do conflito. Quando todos os presentes se declaram satisfeitos quanto à fala e à escuta, o primeiro momento foi concluído.

b) **Auto Responsabilização:** nesse segundo momento se pretende compreender as motivações e as necessidades de cada um no momento em que o ato ofensivo ocorreu. É o momento de assumir a responsabilidade e de encontrar respostas às consequências do ato praticado. A possibilidade de auto responsabilização é oferecida para todos os envolvidos (não apenas ao autor) .Seguindo-se a dinâmica do primeiro momento quando todos se declararem satisfeitos quanto a fala e a escuta, o processo foi concluído

c) **O Acordo:** é o momento de simbolizar, a partir de ações que beneficie a todos, visando a resolução do conflito. Neste sentido, as ações devem ser elaboradas a partir das necessidades levantadas durante o círculo. Estas ações devem ser exequíveis, com prazos definidos para

acontecerem e, necessariamente, satisfazer as necessidades da vítima que foram violadas pelo ato ofensivo. O acordo é registrado e assinado por todos.

### **O Pós Círculo** -Verificação do cumprimento do acordo

O pós- círculo tem a finalidade de se verificar se as ações previstas no círculo foram implementadas e se os objetivos do processo restaurativo foram atingidos, ou seja, se elas atenderam as necessidades levantadas durante o círculo. Nesse encontro a satisfação dos participantes será avaliada podendo-se considerar três possibilidades:

1) acordos foram cumpridos com a satisfação das necessidades: comemora-se devendo-se divulgar os resultados para a comunidade.

2) acordos foram realizados, mas as necessidades não foram atendidas: relembra-se as necessidades, re-significar as ações, propor novas ações para resolução do conflito.

3) acordos não foram realizados, nestes termos, deve-se averiguar se de fato as necessidades não atendidas foram as levantadas, re-significar as ações, propor novo acordo.

Com o fim do círculo restaurativo cabe ao facilitador registrar junto ao processo judicial do adolescente um relatório sobre o cumprimento ou não do acordo, a partir de um instrumental próprio onde serão anotados a satisfação ou não dos participantes, bem como as intervenções adotadas no processo.

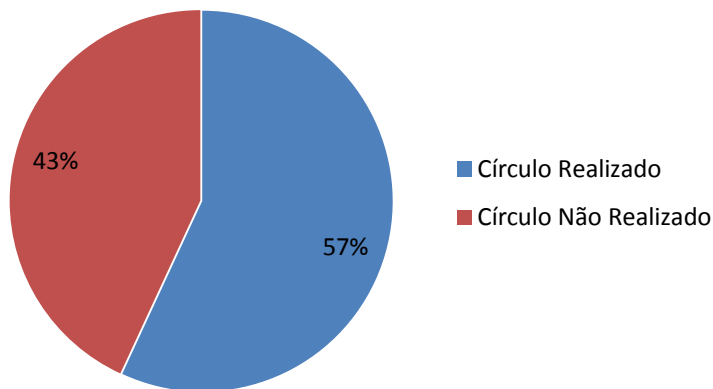
Após as considerações feitas ao processo judicial, este é remetido ao Ministério Público, que verificando a inexistência de irregularidades propõe a remissão, ou não do ato infracional. Posteriormente, o processo é encaminhado ao Juiz, para a homologação do acordo. Não se descarta, contudo, a possibilidade do círculo se prestar a nortear eventual medida sócio educativa ou protetiva.

## **ALGUNS RESULTADOS SIGNIFICATIVOS**

Desde a implantação do projeto de Justiça Restaurativa, 2006 até 2001 temos os seguintes resultados:

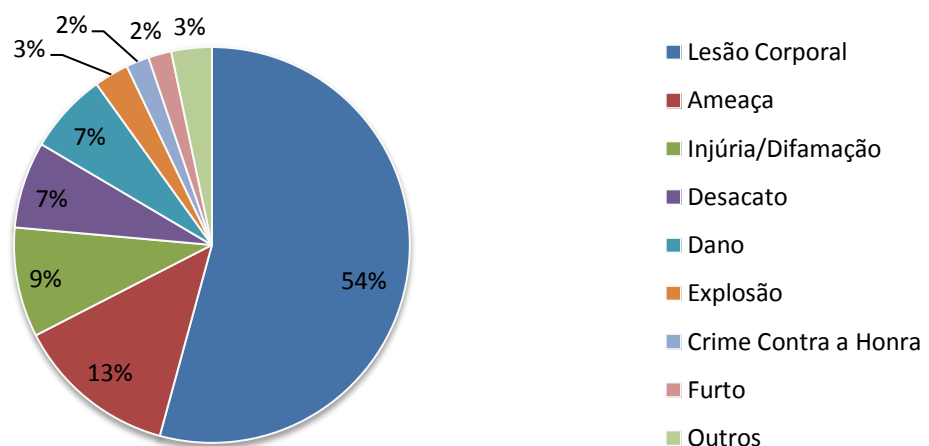


## Processos Encaminhados



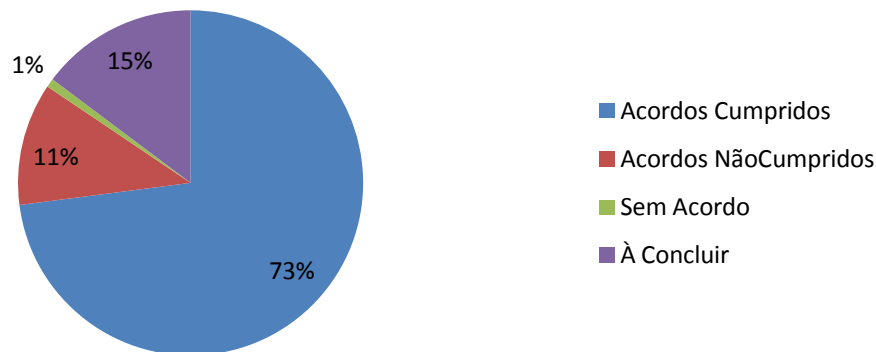
Desde 2006 -2010, foram realizados 122 círculos restaurativos dos 214 processos encaminhados a equipe técnica de Serviço Social. Desta totalidade estima-se que cerca de 1.080 pessoas passaram por mediação de conflitos de forma pacífica, evitando-se assim a criminalização do jovem e sua família.

## TIPOS DE INFRAÇÃO (2006-2010)



Dos tipos de infrações mais recorrentes em Círculos Restaurativos 54% estão vinculados a danos, seguido de ameaças e desacato crime contra a honra, a grande maioria destes conflitos são oriundos do universo escolar.

## ACORDOS NOS 122 CÍRCULOS REALIZADOS (2006-2010)



Concluimos, enfatizamos que 73% dos Círculos Restaurativos lograram êxito, ou seja, resultaram em acordo cumprido, reduzindo a estigmatização, a criminalização, resolvendo conflitos de forma restauradora, pacífica e inclusiva.

### CONCLUSÃO

Pode-se considerar que assim como nas outras formas de atuação profissional, também na justiça restaurativa, a direção social imprimida pelo profissional na sua abordagem passa a ser determinante para que se alcance a dimensão política pretendida.

A prática profissional nessa abordagem diferenciada consegue, naquilo que está ao alcance do profissional, ou seja na sua relação direta com o usuário, estabelecer uma atuação política, prestar um serviço de qualidade, oferecer um espaço humanizado e acolhedor, distintos da formalidade e distanciamento impostos pelos rituais jurídicos. O usuário é reconhecido como sujeito diretamente implicado nas decisões que serão tomadas diante da demanda que apresentou ao judiciário e não meramente um espectador frente à determinação judicial.

Assim o atendimento de uma demanda social subalterna, muitas vezes mitificada, já que sua demanda social é vista pelo sistema judiciário como particularizada, sem nenhuma relação com a questão social, deve ser fortalecida por via de uma ação política que os vincule junto aos movimentos sociais organizados, pois as transformações não dependem somente das “solitárias” intervenções profissionais, sem o nexos com a luta de classe.

Observa-se de modo geral que os questionamentos dos profissionais acerca das práticas restaurativas desenvolvidas junto ao Fórum das Varas especiais da infância e Juventude estão relacionadas a pouca efetividade na mudança institucional proporcionada pela implantação desse projeto piloto frente a questão do jovem com prática infracional tendo pouco alterado a tradicional prática intimidatória e retributiva utilizada e aos limitados alcances que ela vem representando na efetiva ampliação da cidadania e na universalização dos direitos sociais .

Vislumbra-se, contudo como uma prática potencialmente inclusiva e democrática sendo possível oferecer um serviço de extrema qualidade e humanizado aos usuários geralmente tão fragilizados diante de uma situação judicial em razão da complexidade e austeridade atribuídos a este poder .

É possível afirmar também que os assistentes sociais , facilitadores de práticas restaurativas, reconhecem que , apesar das limitações inerentes à metodologia utilizada , atuam , dentro das possibilidades, em sintonia com os princípios fundamentais que sustentam o novo código de ética especialmente no que se refere à sua relação com o usuário , numa perspectiva emancipadora e inclusiva a partir de uma análise crítica da realidade social e institucional .

## **Bibliográficas**

BARROCO, Lucia. Ética e Sociedade. Curso de Capacitação Ética para Agentes Multiplicadores. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Gestão 2002/2005.2ª Edição

BRASIL. ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal, 8.069/90.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. Resolução CFESS nº273, de 13 de março de 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br> capturado em novembro de 2007.

IAMAMOTO, Marilda vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação Não-violenta. Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Editora Agora, 2006.

TEIXIERA, Joaquina Barata ; BRAZ, Marcelo . O projeto ético político profissional: CFESS, Brasília , 2009

YAZBECK , Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão :CFESS Brasília , 2009

YASBECK, Maria Carmelita .Fundamentos histórico e teórico metodológicos do Serviço Social : CFESS , Brasília 2009

ZEHR, Howard.Trocando as lentes : um novo olhar sobre crime e a justiça –justiça restaurativa .Ed. palas Athena –São Paulo, 2008

Governo do Estado de São Paulo ; Fundação para o Desenvolvimento da Educação : Justiça e educação em Heliópolis e Guarulhos .São Paulo , 2007

<http://www.justica21j.org.br>Justiça para o Século 21 : Iniciação em Justiça Restaurativa.